

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.756.484 - SP (2018/0188111-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
EMBARGANTE : **ELADIO FUENTES FUENTES**
ADVOGADO : **SIMONE JEZIERSKI E OUTRO(S) - SP238315**
EMBARGADO : **TELEFÔNICA BRASIL S.A**
ADVOGADOS : **LÍVIA REGINA FERREIRA IKEDA - RJ163415**
FABIANO DE CASTRO ROBALINHO CAVALCANTI E OUTRO(S) - SP321754
CAETANO FALCÃO DE BERENGUER CESAR - SP321744
JOÃO LUCAS PASCOAL BEVILACQUA - SP357630
EMBARGADO : **AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A**
ADVOGADOS : **CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET - SP104061**
JULIANA FERNANDES MONTENEGRO E OUTRO(S) - SP310794

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por ELADIO FUENTES FUENTES contra as decisões de fls. 1.475/1.478 e 1.486/1.495 e-STJ, desta relatoria, que deu parcial provimento ao recurso especial das ora embargadas, a fim de julgar improcedente a ação de obrigação de fazer ajuizada pelo embargante.

Nas razões do recurso, o embargante sustenta a existência de omissão no julgado em razão da utilização de precedente já superado no âmbito do STJ e, ainda, sobre o fato de se tratar de um único plano de saúde para ativos e inativos, "*porém, com forma de custeio diversa entre ativos e inativos, impondo ao inativo mais que o dobro do valor integral do ativo, o que revela a abusividade*" (e-STJ, fl. 1.488).

Ao final, pleiteia seja suprido o vício apontado com a concessão de efeitos infringentes e reforma do julgado.

É o relatório. Passo a decidir.

Como relatado, as decisões ora embargadas acolheram os recursos especiais das ora agravadas e reformaram o acórdão proferido pelo Tribunal de origem por entender pela legalidade da opção da operadora de plano de saúde pela separação das categorias entre ativos e inativos, com a aplicação do entendimento firmado nos seguintes precedentes:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL. EX-EMPREGADO DEMITIDO. PDV. DIREITO ADQUIRIDO. INEXISTÊNCIA. REGIME DE CUSTEIO DIVERSO. POSSIBILIDADE. DIVISÃO

DE CATEGORIAS. ATIVOS E INATIVOS. OPÇÃO DA OPERADORA. REQUISITOS LEGAIS. OBSERVÂNCIA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Mantidos a qualidade e o conteúdo de cobertura assistencial do plano de saúde, não há direito adquirido a modelo de custeio, devendo-se evitar a onerosidade excessiva ao usuário e a discriminação ao idoso.

3. É possível ao ex-empregador (i) manter os seus ex-empregados - demitidos sem justa causa ou aposentados - no mesmo plano de saúde em que se encontravam antes do encerramento do contrato de trabalho ou (ii) contratar um plano de saúde exclusivo para eles (art. 13 da RN nº 279/2011 da ANS).

4. A opção da operadora por separar as categorias entre ativos e inativos também se mostra adequada para dar cumprimento às disposições legais, visto que há garantia ao empregado aposentado ou demitido de manutenção das mesmas condições de assistência à saúde, e, por princípio, em valores de mensalidade abaixo dos praticados no mercado, não havendo obrigatoriedade de que o plano de saúde coletivo seja uno, sobretudo com relação ao regime de custeio.

5. Agravo interno não provido." (AgInt no REsp 1.597.995/SP, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 9/3/2018)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. PLANO DE SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL. BENEFICIÁRIO APOSENTADO. MIGRAÇÃO PARA PLANO NOVO. EXTINÇÃO DO CONTRATO ANTERIOR. REDESENHO DO MODELO DE CONTRIBUIÇÕES. UNIFICAÇÃO DE EMPREGADOS ATIVOS E INATIVOS. COBERTURA ASSISTENCIAL PRESERVADA. RAZOABILIDADE DAS ADAPTAÇÕES. EXCEÇÃO DA RUÍNA. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA.

1. Vale pontuar que o presente agravo interno foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. O beneficiário não apresentou argumento novo capaz de

modificar a conclusão adotada, que se apoiou em entendimento aqui consolidado para dar provimento ao recurso especial manifestado pela operadora do plano de saúde.

3. Na apreciação do REsp nº 1.479.420/SP, da relatoria do Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 11/09/2015, esta Corte reafirmou seu entendimento de que não há direito adquirido a modelo de plano de saúde ou de custeio, podendo o estipulante e a operadora redesenharem o sistema para evitar o seu colapso (exceção da ruína), contanto que não haja onerosidade excessiva ao consumidor ou a discriminação ao idoso (AgRg nos EDcl no AREsp nº 731.693/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 24/11/2015).

4. Agravo interno não provido." (AgInt no REsp 1.528.879/SP, Relator o Ministro Moura Ribeiro, DJe de 31/8/2016)

Ocorre que tais precedentes foram analisados no âmbito da Terceira Turma desta Corte e, portanto, não possuem o efeito vinculativo de recurso julgado pelo rito do art. 1.036 do CPC/2015, sendo que o presente caso envolve a definição de quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei 9.656/1998, cujo tema foi afetado recentemente.

Com efeito, semelhante discussão foi afetada pela eg. Segunda Seção, nos autos do **REsp n. 1.818.487/SP**, REsp n. 1.816.482/SP e REsp n. 1.829.862/SP, em acórdãos publicados em 5/11/2019, a serem julgados pelo rito do art. 1.036 do CPC/2015. Neste momento, convém destacar a ementa do acórdão do primeiro processo, salientando que as demais ementas possuem a mesma redação:

"PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PLANOS DE SAÚDE COLETIVOS. EX-EMPREGADO E DEPENDENTES. APOSENTADORIA OU DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. PERMANÊNCIA NO RESPECTIVO PLANO. CONDIÇÕES ASSISTENCIAIS E CUSTEIO.

1. Delimitação da controvérsia: Definir quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998.

2. RECURSO ESPECIAL AFETADO PARA JULGAMENTO PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS."

(ProAfr no **REsp 1.818.487/SP**, Rel. Ministro ANTÔNIO CARLSO FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 29/10/2019, publicado em 5/11/2019)

Superior Tribunal de Justiça

Nesse contexto, tem-se que a questão discutida nestes autos está afetada ao rito dos recursos repetitivos, registrada como "Tema Repetitivo n. 1.034", e encontra-se pendente de julgamento.

Assim, é imperiosa a devolução dos autos ao Tribunal *a quo*, consoante determina o art. 256-L, I, do RISTJ, que assim dispõe: "*Publicada a decisão de afetação, os demais recursos especiais em tramitação no STJ fundados em idêntica questão de direito: I- se já distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem, para nele permanecerem suspensos, por meio de decisão fundamentada do relator*", para observância da sistemática dos recursos repetitivos.

Diante do exposto, acolho os embargos de declaração, com efeitos modificativos, para tornar sem efeito as decisões embargadas e determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que, o recurso especial permaneça suspenso até a publicação do acórdão paradigma, nos termos do art. 1.037, II, do Código de Processo Civil de 2015, devendo ser analisado, em seguida, o procedimento dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília/DF, 07 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator